

ANÁLISE QUANTITATIVA DOS PRINCIPAIS FATORES QUE DIFICULTAM A UTILIZAÇÃO DO PRONAF POR PRODUTORES RURAIS FAMILIARES¹

Raiane Pereira Dantas²
Thaylla Assunção Martins³
Lucas Carvalho Martins⁴

RESUMO: O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é destinado a estimular a geração de renda, melhorando o uso da mão de obra familiar através do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários desenvolvidos em estabelecimentos rurais ou em áreas comunitárias próximas. O objetivo deste trabalho foi o de analisar os principais fatores que dificultam a utilização do PRONAF por produtores rurais familiares. A metodologia de pesquisa utilizada é de cunho quantitativo através da coleta de dados por entrevista estruturada e análise de dados por estatística descritiva e inferencial, esta última utilizando o teste Qui-Quadrado de independência. As entrevistas estruturadas foram feitas com 25 produtores rurais do segmento da agricultura familiar. Considerando que a amostra de dados é pequena, composta por 25 indivíduos, utilizou-se o resultado de Qui-Quadrado proposto de acordo com o valor de Likelihood Ratio. Diante disso, a partir dos resultados encontrados e analisados por estatística descritiva, pode-se perceber que a maioria dos Produtores Rurais analisados na amostra selecionada, ou seja, 72%, indicaram não perceber nenhuma dificuldade para acessar o Pronaf, enquanto que um percentual menor representado por 20% do total ressaltaram que as principais dificuldades encontradas estão relacionadas a problemas na documentação, ao passo que 8% da amostra sinalizou que a principal dificuldade é a falta de interesse do banco na concessão do financiamento. Por meio da análise de estatística inferencial a partir do teste Qui-quadrado de independência, notou-se que não existe qualquer associação entre a idade do produtor rural e as dificuldades encontradas para acesso ao Pronaf, e também não existe qualquer relação entre a propriedade ser privada ou alugada e as dificuldades encontradas pelos produtores com relação ao Pronaf. Contudo o Pronaf se mostrou satisfatório em relação à opinião dos produtores rurais, e as dificuldades encontradas em seu acesso não geram a escolha de não aderência ao programa.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Produtores. Rurais. Diversidade. Financiamento.

INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A agricultura familiar é compreendida como toda forma de cultivo de terra administrada por uma família e que tem como mão de obra os membros desta (GOMES; MELLO, 2020). A produção de alimentos ocorre em pequenas propriedades de terra e é destinada, prioritariamente, à subsistência do produtor rural e ao mercado interno do país (MATTEI, 2011). Este modelo

¹ Artigo científico apresentado à banca avaliadora do curso de Administração da FACMAIS Ituiutaba

como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Administração

² Aluna do curso de Administração

³ Aluna do curso de Administração

⁴ Professor- orientador

2

de produção tradicional se apresenta como um verdadeiro contraste quando comparado com as grandes produções do agronegócio que produzem em massa apenas um gênero alimentar, como é o caso da soja ou do milho, destinados à exportação e, ainda, à alimentação de animais na pecuária (PRETTO; HORN, 2020).

A grande diferença da Agricultura Familiar dos demais tipos de agricultura está na gestão da propriedade que é compartilhada pela família e os alimentos produzidos nela constituem sua principal fonte de renda (MATTEI, 2011). De acordo com os dados atualizados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2020), 4,4 milhões de famílias estão envolvidas nesta atividade, que é responsável por gerar renda para aproximadamente 70% dos brasileiros que estão residindo no campo. Diante desta realidade, foram criados alguns programas de incentivo à agricultura familiar, com o principal objetivo de permitir o desenvolvimento dessas atividades e, conseqüentemente, a subsistência dessas famílias (PRETTO; HORN, 2020). Um dos principais programas voltados para este público é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (GOMES; MELLO, 2020).

O PRONAF foi criado no ano de 1996, no decorrer do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto 1.946, com o principal objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar. Na prática, o mencionado programa tem como principal objetivo financiar projetos individuais ou coletivos e viabilizar a geração de renda aos agricultores familiares e aqueles que são assentados da reforma agrária (PRETTO; HORN, 2020). O programa possui baixas taxas de juros dos financiamentos rurais e uma das menores taxas de inadimplência quando comparado com os demais sistemas de crédito do país (CARVALHO, 2020).

Nesse sentido, segundo Cresol (2019) a criação do PRONAF foi um dos acontecimentos mais marcantes para a agricultura familiar que ocorreu na esfera das políticas públicas no meio rural brasileiro nas últimas décadas. Este programa foi o reconhecimento e a legitimação pelo Estado, das especificidades da então categoria social, fora das políticas públicas de financiamento agrícola, os agricultores familiares que até então eram tidos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de

subsistência e não recebiam nenhum subsídio para fomentar seus negócios (CRESOL, 2019).

Além disso, é importante salientar que apesar de a Agricultura Familiar enfrentar um cenário econômico favorável ainda existem vários desafios que precisam ser enfrentados (PRETTO; HORN, 2020). Dentre eles é possível citar abrangência; cooperação entre

3

agricultores e qualificação dos agricultores no que diz respeito ao uso da tecnologia (CARVALHO, 2020). Em primeiro lugar quando se fala da abrangência se está destacando a necessidade de capacitar produtores com o propósito de aumentar a produtividade e alcançar melhores resultados, popularizando ainda mais os produtos provenientes da Agricultura Familiar (GOMES; MELLO, 2020).

Apesar de sua relevância, pode-se afirmar que o Programa PRONAF não atende à totalidade dos potenciais beneficiários (PRETTO; HORN, 2020). Os principais fatores que interferem no acesso ao crédito PRONAF pelos agricultores familiares são: inadimplência do agricultor familiar; assistência técnica e extensão rural insuficiente em quantidade e qualidade para atender a totalidade dos agricultores familiares; excesso de documentos para encaminhar os projetos junto ao agente financeiro; restrição cadastral dos agricultores familiares; e falta de informações e empoderamento pelos agricultores familiares, não sabendo como acessar esta política pública (CARVALHO, 2020).

1.2. PERGUNTA PROBLEMA

Quais os principais fatores que dificultam a utilização do PRONAF por produtores rurais familiares?

1.3. OBJETIVOS

O Objetivo geral deste trabalho é analisar os principais fatores que dificultam a utilização do PRONAF por produtores rurais familiares. Dado o objetivo geral seguem os seguintes objetivos específicos:

- Fazer uma revisão bibliográfica para fundamentar a pesquisa;
- Fazer um levantamento na literatura sobre os principais problemas relacionados ao PRONAF, motivando a construção de um questionário que objetiva entender quais são as maiores dificuldades encontradas por agropecuaristas em relação a estas linhas de crédito;
- Analisar os dados coletados estatisticamente e concluir os principais problemas

envolvidos na temática e suas correlações.

1.4. JUSTIFICATIVA

1.4.1. Teórica

4

Este trabalho contribui muito para a literatura, pois realiza a construção de um artigo relatando um tema de grande relevância no contexto rural produtivo brasileiro, atualizando a literatura sobre o tema e servindo de base para outros pesquisadores.

1.4.2. Prática

Este trabalho aponta alguns problemas relacionados ao PRONAF no contexto da agricultura familiar, contribuindo muito para a explanação destes problemas e o apontamento de soluções para este contexto. O trabalho contribuirá para mostrar as principais dificuldades de acesso a este financiamento, e conseqüentemente para a melhoria nas relações entre agricultores e unidades de liberação de crédito.

1.4.3. Social

A importância social do trabalho se dá pela manutenção da eficiência da produção da agricultura familiar, levantando os principais problemas relacionados ao PRONAF e apontando soluções que possam impulsionar a produção rural de pequena escala, ajudando na segurança alimentar brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Agricultura Familiar

De acordo com Gomes e Mello (2020), a agricultura familiar está relacionada com as maneiras de cultivo da terra e produção rural em que a mão de obra é prioritariamente proveniente do núcleo familiar. Uma das características mais relevantes desse tipo de agricultura é a produção por meio de pequenos agricultores que proporcionam uma maior diversidade produtiva (PRETTO; HORN, 2020). Nesses casos, conforme Cassel (2017), a família tem o papel de proprietária, gestora e ainda se responsabiliza por todo o processo logístico de produção e comercialização. A placa central da Agricultura Familiar consiste na produção de alimentos tradicionais de grande variabilidade, o que difere fundamentalmente da Agricultura industrial (GOMES; MELLO, 2020).

De acordo com Pretto e Horn (2020), a agricultura familiar é extremamente importante para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira, considerando que é

responsável por aproximadamente 70% dos alimentos consumidos nacionalmente. Este tipo de agricultura também se destaca na luta global contra a fome que alcança mais de 800 milhões de pessoas ao redor do mundo, com destaque para aquelas que não têm acesso a uma alimentação saudável e minimamente nutricional (GOMES; MELLO, 2020). A sustentabilidade da produção e manejo dos alimentos por meio da Agricultura Familiar acontece de forma

5

parcialmente livre do uso de agrotóxicos e oferece uma atividade mais diversificada e de qualidade superior, respeitando a biodiversidade e os recursos naturais (PRETTO; HORN, 2020).

Além disso, Cassel (2017) destaca que esse tipo de agricultura promove o fortalecimento das Comunidades ao passo em que forma teias solidárias e agroecológicas de produção responsáveis por garantir o abastecimento dos mercados locais e promover a distribuição de renda dentro do próprio segmento. É importante salientar que o fortalecimento da Agricultura Familiar e sua inclusão nos mercados está fortemente relacionada com a instituição e a efetivação de políticas públicas inclusivas como é o caso do PRONAF, objeto de análise desta pesquisa (MATTEI, 2011). Este tipo de programa incentiva a produção e a comercialização dos produtos manejados pela Agricultura Familiar, além de valorizar este tipo de produção considerando que proporciona o aumento da renda familiar (SILVA, 2016). Em 90% dos municípios brasileiros que possuem até 20 mil habitantes, a agricultura familiar é classificada como a principal base econômica (CASSEL, 2017).

De acordo com Gomes e Mello (2020), a condução da economia é realizada a partir de uma diversificada produção de grãos, proteína vegetal, proteína animal, frutas e legumes, fazendo com que esta modalidade de agricultura seja a oitava maior produtora de alimentos em todo o mundo. Sem qualquer dúvida, o Pronaf foi um verdadeiro divisor de águas na agricultura familiar brasileira (SILVA, 2016). Além de apresentar o incentivo econômico, proporcionou o fortalecimento da organização dos trabalhadores do ramo, assegurando o seu consequente reconhecimento social e político na qualidade e pertencentes a um setor extremamente relevante para o desenvolvimento do Brasil (GOMES; MELLO, 2020). A conquista dessa posição fez com que a agricultura familiar fosse reconhecida como profissão no mundo do trabalho, o que aconteceu por meio da lei 11.326/2006. É certo que este reconhecimento fortaleceu ainda mais as características do trabalho familiar impondo limites à exploração da atividade rural desenvolvida nas propriedades de pequeno porte (GOMES;

MELLO, 2020).

2.2. A importância da agricultura familiar

Para tratar especificamente a respeito da importância da Agricultura Familiar no cenário econômico brasileiro é preciso fazer algumas considerações levando em conta um panorama um pouco mais antigo capaz de envolver diversos aspectos distintos. Em primeiro lugar, é preciso considerar que a prática da Agricultura Familiar é muito importante para a produção de

6

alimentos diversificados e em quantidade fundamental para o sustento das famílias brasileiras (CASSEL, 2017).

A agricultura praticada pelas famílias se apresenta como um grande fornecedor de matéria-prima, como é o caso do leite para produção de laticínios, hortifruti para os supermercados e para as fábricas de suco, por exemplo. Por se tratar de um trabalho em menor escala é capaz de atender a nichos mais específicos, com destaque para os produtos fabricados e manufaturados na própria unidade rural. Dentro da proposta da Agricultura Familiar é preciso entender que a família e o campo representam uma unidade dinâmica que passam por processos evolutivos de maneira contínua desempenhando funções ambientais, sociais, culturais e econômicas (PRETTO; HORN, 2020).

Além de todas essas questões, a importância da Agricultura Familiar ainda pode ser fundamentada na sua capacidade de gerar empregos e fonte de renda, promover a utilização sustentável dos recursos naturais, contribuir para a diminuição do êxodo rural e estimular o planejamento e a execução de políticas públicas. No que diz respeito a geração de empregos e fonte de renda, é possível destacar que a agricultura familiar é caracterizada pelas práticas em pequenas propriedades, permitindo a geração de renda familiar em regiões que se encontram geograficamente distantes dos centros industrializados. Ademais, por não fazer uso de uma grande quantidade de maquinários e de químicos, tem-se como consequência uma demanda de mão de obra maior no campo o que provoca uma maior geração de empregos (CAZELLA; CAPELLESSO; SCHNEIDER, 2020).

Em relação à promoção da utilização sustentável dos recursos naturais é possível afirmar que esta modalidade de agricultura beneficia o campo ambiental por adotar práticas ambientais mais sustentáveis em decorrência da produção em pequena escala. Este cenário permite a adoção de sistemas produtivos mais eficientes e que façam uso menor de energia

fóssil. Esse estilo de produção também respeita harmonia ambiental e as espécies, utilizando o modo de produção agroecológico e orgânicos (CASSEL, 2017).

Já em relação ao benefício associado à diminuição do êxodo rural é possível destacar que agricultura familiar eleva a qualidade de vida no campo e confere a possibilidade de produzir com qualidade e em alta quantidade (PRETTO; HORN, 2020). Por fim, quanto ao benefício relacionado ao estímulo do planejamento e execução de políticas públicas é possível salientar a existência de programas de crédito, seguros de produção, incentivo a comercialização e custeio de safras. Um dos grandes exemplos que materializam a questão do planejamento e execução de políticas públicas é o próprio Pronaf (GOMES; MELLO, 2020).

7

2.2.1. Desafios da agricultura familiar

Apesar de Agricultura Familiar enfrentar um cenário econômico favorável e que está com tendência a melhorar ainda mais, existem vários desafios que precisam ser enfrentados. Dentre eles é possível citar abrangência; cooperação entre agricultores e qualificação dos agricultores no que diz respeito ao uso da tecnologia. Em primeiro lugar quando se fala da abrangência se está destacando a necessidade de capacitar produtores com o propósito de aumentar a produtividade e alcançar melhores resultados, popularizando ainda mais os produtos provenientes da Agricultura Familiar (PRETTO; HORN, 2020).

Já em relação a cooperação entre agricultores o que se aborda é o estabelecimento de cooperativas específicas com a finalidade de focar em atividades desenvolvidas em prol do Agricultor deixando de concentrar os esforços puramente no faturamento e na lucratividade. Já quanto à qualificação dos agricultores para o uso de recursos tecnológicos é possível destacar que, na atualidade, a utilização da tecnologia é indispensável (CAZELLA; CAPELLESSO; SCHNEIDER, 2020).

Os recursos tecnológicos são uma excelente ferramenta para aumentar a produtividade e monitorar com mais especificidade os resultados (CASSEL, 2017). Para que a utilização desses recursos seja bem-sucedida é fundamental promover a capacitação desses agricultores para trabalhar com máquinas (PRETTO; HORN, 2020). Também é essencial ressaltar que o uso das tecnologias pode impactar na administração da propriedade, levando em consideração que já existem diversos softwares que facilitam os processos internos de gestão (CASSEL, 2017).

2.2.2. Cenário da agricultura familiar no Brasil

A agricultura familiar brasileira é uma das várias formas de se fazer agricultura e pode ser encontrada nas mais variadas regiões do país (CAZELLA; CAPELLESSO; SCHNEIDER, 2020). No Brasil, este modo de fazer agricultura é considerado uma maneira social de produção validada pela sociedade em razão das suas grandes colaborações materiais e imateriais (PRETTO; HORN, 2020). Quando se trata do cenário brasileiro em que está inserida a agricultura familiar é possível elencar duas principais perspectivas: a perspectiva da subsistência familiar e do cultivo para venda. Na subsistência familiar, entende-se que plantar para o próprio desenvolvimento econômico é a característica mais essencial deste tipo de agricultura. Este tipo de agricultura no Brasil é um relevante instrumento para promover a diminuição da pobreza e da miséria (GOMES; MELLO, 2020).

8

Apesar disso, a própria atividade ínfima dos mini-latifúndios abre campo para debates sobre a necessidade de modernizar este modelo de produção (CAZELLA; CAPELLESSO; SCHNEIDER, 2020). Apesar dos incontestáveis benefícios deste modelo agrícola, algumas dificuldades ainda são encontradas, já que nem sempre os pequenos produtores apresentam condições de mecanizar o cultivo. Além do mais, existem alguns outros impeditivos como é o caso da baixa renda, dificuldade de acesso ao crédito e o baixíssimo índice de educação (PRETTO; HORN, 2020).

Em um outro viés, é graças a esse modelo econômico que milhares de famílias garantem a sua sobrevivência em todas as regiões do Brasil (CASSEL, 2017). Outra perspectiva que merece menção é a do cultivo para venda (CAZELLA; CAPELLESSO; SCHNEIDER, 2020). Diferente da ideia pura e simples que promove a associação da Agricultura Familiar a produção para subsistência, nos dias de hoje, este modelo de produção é responsável por 80% de toda a produção mundial de alimentos. Este dado serve para reforçar a importância do reconhecimento global desse tipo de sistema.

Diante dessa perspectiva, alguns problemas governamentais surgem para tentar oferecer subsídios ao desenvolvimento da agricultura familiar (CASSEL, 2017). Assim, o PRONAF surge no debate político a partir de dois marcos: o primeiro foi a fiscalização do cumprimento da Constituição Federal de 1988, e a extensão dos direitos de segurança social que foram introduzidos aos trabalhadores rurais na década de 1970; o segundo momento, foi a partir do próprio Estado que em 1993, durante o governo, do então presidente da República, Itamar Franco que (re)colocou a reforma agrária e a política de crédito para pequenos agricultores na agenda do dia, apoiado por estudos acadêmicos que contribuíram para o

debate sobre o assunto e a formulação de políticas públicas para este setor, especialmente o PRONAF (CAZELLA; CAPELLESSO; SCHNEIDER, 2020).

2.2.3 Características e definições do PRONAF

Conforme consta no Manual Operacional do PRONAF, este programa tem a missão de ampliar o fortalecimento da agricultura familiar, por meio do apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral incide em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

9

De acordo com Schneider, Mattei e Cazella (2004), quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos. (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 90)

Deste modo, o PRONAF destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas (EMBRAPA, 2021).

Mattei (2015) analisa, do ponto de vista operacional, que o Programa se concentra em quatro grandes linhas de atuação:

- a) Financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais e, praticamente todos os municípios do país através da liberação direta entre o Banco e o demandante de crédito;
- b) Financiamento de infraestrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infraestrutura e serviços básicos;
- c) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos para agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;
- d) Financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e a transferência de tecnologias para os

agricultores familiares. Obviamente que esse quadro inicial da política está sendo modificado e aprimorado constantemente, visando dar maior consistência e amplitude ao programa. (MATTEI, 2015, p. 13)

Para definir quem seria o público alvo atendido pelo Programa, Cassel (2017) explicou que foi levado em consideração a Renda Monetária Bruta (RMB), ou seja, pelo cálculo da média e mediana, para as microrregiões geográficas e estados, de modo que atingisse sempre um estrato inferior constituído pelos 50% mais pobres. Sobre isso, Fernandes (2013) faz suas considerações.

O outro estrato era composto com a RMB maior que a média, além do estrato intermediário, composto pelos que estavam entre a média e a mediana. Esta metodologia tentava minimizar os efeitos das 33 distorções decorrentes das diversidades econômicas entre as regiões, e que resultou em uma definição fundamentada em três grupos: A, B e C (FERNANDES, 2013, p. 32).

10

Ainda conforme Cassel (2017), o primeiro grupo eram os agricultores familiares que já estavam inteirados no mercado e que já tinham acesso às tecnologias e as políticas públicas; o segundo grupo, o B, eram os agricultores que estavam se adaptando ao mercado capitalizado, que tinham um pequeno acesso às inovações tecnológicas e sem acesso aos benefícios das políticas públicas; já o terceiro e último grupo, eram os agricultores familiares sem infraestrutura e ações do governo.

2.2.4. O PRONAF no decorrer dos anos

Devido às mudanças ocorridas nos anos 1990 na origem dos recursos para o crédito: o governo passou a exigir que uma parte do capital dos bancos privados fosse emprestada ao setor agrícola, em troca apenas da cobrança de juros dos agricultores, pois, até a década de 1990, o governo disponibiliza crédito apenas a uma parte restrita da população agrícola.

Isso se deu, segundo Antunes (2013, p. 33): “Em 1994, depois das pressões do movimento “Grito da Terra Brasil”, foi conquistado o PROVAP - Programa de Valorização do Pequeno Agricultor, que viria a ser o embrião do PRONAF. A partir de então iniciou-se a política pública do crédito rural oficial que veio a reconhecer a Agricultura Familiar.

Em 1995 com o “II Grito da Terra”, surgiu o PRONAF, todavia sendo implementado somente em 1996 com o “III Grito da Terra”, o qual conquistou, inclusive a redução das taxas de juros para 6,5% a.a (BALESTRIN, 2010)

Nesses movimentos os agricultores familiares que reivindicavam que as regras de financiamento agrícola vigentes na época considerassem de forma diferente e mais acessível

os conhecidos “mini produtores”, que até então estavam submetidos às mesmas exigências que os grandes produtores para terem acesso ao crédito. (SCHNEIDER; AQUINO, 2010).

Assim, em 1995, o PROVAP foi totalmente reformulado na questão da concepção e na área de abrangência. Com essas alterações deu-se origem ao PRONAF, cuja institucionalização se deu pelo decreto nº 1.946 de 28/07/96.

Em 1996, os recursos destinados ao crédito foram implementados e em 1997 com a ampliação do programa, que passou a ser integrado a todo território nacional foram implementados os recursos destinados a investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa (CAZELLA; MATTEI; SHENEIDER, 2009, p. 80).

Mattei (2005), ainda explica que com criação do PRONAF, deve-se, principalmente a uma série de estudos realizados na década de 1990 com a participação da Organização das

11

Nações Unidas (ONU), e que vieram a embasar o governo brasileiro a executar uma política econômica e social com o foco na agricultura familiar.

Em julho de 2006, o governo federal instituiu a Lei n. 11.326, que define as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Segundo a referida lei, fica estabelecido pelo artigo 4º que:

A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

I - descentralização;

II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;

III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;

IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. (BRASIL, 2006, n.p.)

O financiamento da produção, foi realizado em dois períodos distintos:

Do início do programa até 1999; e de 1999 até os dias de hoje. É neste mesmo ano que o PRONAF deixa de fazer parte do Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (MAPA), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e passa a ser vinculado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) juntamente com a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Paralelo a isto, o MDA se vinculou também ao Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA), aumentando suas responsabilidades (CASSEL, 2017).

Para que o Programa possa se expandir a cada ano, é fundamental a continuidade das

fontes de recursos, mesmo que diversificadas (SCHNEIDER; AQUINO, 2010). O principal órgão a operar o PRONAF é o Banco do Brasil, responsável por mais de 70% dos financiamentos, principalmente na linha de crédito de custeio (CASSEL, 2017).

Em 2011, o BNDES passou a operar também na modalidade crédito de custeio (CAZELLA; CAPELLESSO; SCHNEIDER, 2020). O sucesso do PRONAF está atrelado à diversidade de linhas de financiamento, voltadas para finalidades específicas: PRONAF Agroindústria, PRONAF Agroecologia, PRONAF Mais Alimentos, PRONAF Jovem, PRONAF Mulher, entre outras. A ampliação do número de agricultores familiares atendidos é explicada, principalmente, por que os que tinham renda mais alta passaram a ser enquadrados dentro do programa, porém quanto ao tamanho da propriedade, nada se alterou (CAZELLA; CAPELLESSO; SCHNEIDER, 2020).

12

2.2.5. Etapas para conseguir um financiamento PRONAF

Para se ter o crédito aceito é preciso, dentre outros requisitos, ser agricultor familiar, e viver em propriedade rural ou em uma propriedade rural próximo a ela ganhando até R\$ 2.000.000,00/ano (CASSEL, 2017). Caso o agricultor preencha tais requisitos, ele deve se encaminhar até Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal ou ao sindicato dos produtores rurais de sua cidade, e solicitar a emissão de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para que possa ser devidamente preenchida e levada ao banco. A seguir precisa realizar a elaboração de um Projeto Técnico de Financiamento (CAZELLA; CAPELLESSO; SCHNEIDER, 2020). O referido projeto apresenta todos os critérios de como os créditos adquiridos serão usados na propriedade familiar e quais são os membros da família que irão participar (CASSEL, 2017).

Finalmente, o agricultor familiar encaminhará todos esses documentos à agência do Banco do Brasil, Banco do Nordeste ou Banco da Amazônia, mais próximos de sua propriedade, para que possam ser avaliados pelos agentes financeiros que irão lhe conceder o crédito. Após a aprovação do projeto, o crédito será liberado e então o produtor poderá iniciar o investimento para começar a realizá-lo (CASSEL, 2017).

2.2.6. Principais benefícios gerados pelo PRONAF

Devido às diferentes modalidades existentes para disponibilidade de crédito, o PRONAF tornou-se uma alternativa concreta de crédito para todos os segmentos da agricultura familiar no Brasil, passando a ser a principal ferramenta de política agrícola empregada.

Mattei (2005) em suas pesquisas comprovou o sucesso na questão de cessão de crédito: pois foi verificado que ocorreu aumento do número de contratos firmados, o volume de recursos utilizados e abrangendo o seu atendimento às principais categorias de agricultores familiares.

Assim, se reconhece que o PRONAF constituiu uma importante medida para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, sobretudo na participação dos agricultores nos indicadores socioeconômicos, bem como seu expressivo papel na sociedade.

2.2.7. Principais problemas encontrados na política pública do Pronaf O PRONAF em seu início causou impactos positivos na agricultura familiar brasileira segundo Guanziroli (2007), porém é necessário ter mudanças em sua operacionalização com o objetivo de avaliar seus resultados e levantar propostas de como universalizá-lo a todos os beneficiários.

13

O PRONAF, segundo Mattei (2005), conduziu a agricultura familiar ao modelo produtivista voltado para atividades agropecuárias e na Revolução Verde, seu maior problema é que o PRONAF não corresponde a toda a diversidade encontrada no campo da agricultura familiar brasileira, sobretudo, não atendeu ao grupo de agricultores que possuem menos recursos econômicos e tecnológicos, tais como os beneficiários de reforma agrária. A demora na realização de todas as etapas do processo de concessão de crédito demanda muitas vezes, tempo e paciência dos beneficiários do Programa (CASSEL, 2017).

3. PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA

No estudo científico é muito importante que o pesquisador saiba classificar sua pesquisa de acordo com as classificações propostas. Esta pesquisa em relação à abordagem é classificada como quantitativa, e em relação a natureza pode ser classificada como básica, ao objetivo pode ser classificada como descritiva e quanto aos procedimentos pode ser classificada como pesquisa de levantamento.

3.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa é classificada como: quantitativa, básica, descritiva e de levantamento.

3.1.1. Pesquisa quantitativa

No que diz respeito à abordagem, pode-se afirmar que a pesquisa construída é

classificada como quantitativa. Gil (2008) esclarece que a pesquisa quantitativa pode ser conceituada como a abordagem de pesquisa que busca questionar determinado público em busca de dados numéricos para validar hipóteses, rejeitá-las ou a título informativo. De maneira prática, as pesquisas quantitativas utilizam métodos e buscam explicar o porquê das coisas. Esta abordagem visa coletar dados que possam ser traduzidos em números para análises posteriores.

3.1.2. Pesquisa Básica

Em relação a sua natureza, esta pesquisa é classificada como básica. De acordo com Gil (2008), a pesquisa básica é também compreendida como pesquisa pura ou mesmo pesquisa fundamental e se caracteriza por ser aquela com foco na melhoria das teorias científicas existentes. Desta maneira, esta classificação de pesquisa tem como principal objetivo gerar conhecimento útil para a ciência sem necessariamente haver uma aplicação prática. Sendo

14

assim, entende-se que a pesquisa básica aplica o conhecimento pelo conhecimento, buscando elevar o que já se sabe a respeito de um determinado assunto.

3.1.3. Pesquisa Descritiva

No que se refere ao objetivo, esta pesquisa pode ser classificada como descritiva. Triviños (1987, p. 110) afirma que “o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Gil (2008) bem destaca que a pesquisa descritiva tem como principal finalidade levantar a opinião, atitudes e crenças de uma população. Essas pesquisas, normalmente de caráter quantitativo, buscam a identificação e descrição de características de grupos de pessoas ou de fenômenos.

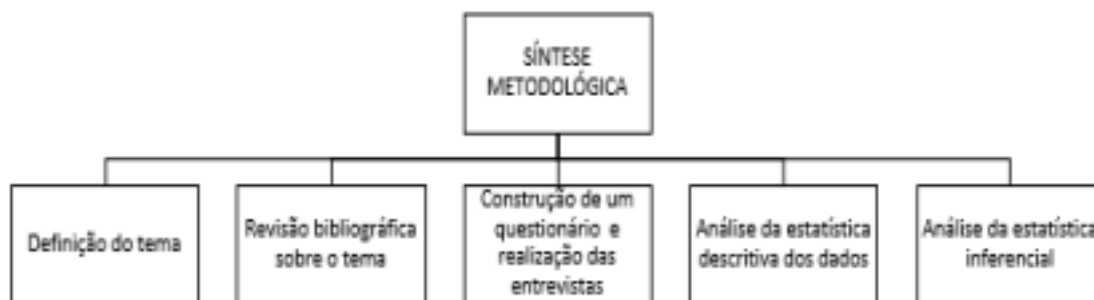
3.1.4. Pesquisa de Levantamento

No tocante aos procedimentos, esta pesquisa é classificada como pesquisa de levantamento. Conforme Gil (2008), a pesquisa de levantamento é construída a partir da seleção de uma amostra significativa do universo amostral com principal objetivo de apresentar informações a respeito do comportamento, das crenças e das opiniões. Justamente por este motivo é um tipo de pesquisa frequentemente utilizada nos estudos sociais simples de uma população.

3.2. SÍNTESE METODOLÓGICA

A figura 1 apresenta o organograma da síntese metodológica utilizada neste trabalho com as 5 etapas propostas.

Figura 1 - Organograma da síntese metodológica



Fonte: Autoria própria (2021)

15

3.2.1. Primeira etapa: definição do tema

O assunto proposto merece uma discussão mais aprofundada, considerando a sua relevância social e econômica para o país e para a população que sobrevive da Agricultura Familiar. Além disso, em razão das suas ocupações atuais e, vivenciando o processo de solicitação de crédito para participação no programa, as autoras tiveram a oportunidade de perceber que determinados entraves podem ser responsáveis por dificultar que alguns agricultores possam se beneficiar do Pronaf.

3.2.2. Revisão bibliográfica sobre o tema

Foi realizado um estudo bibliográfico em relação aos principais fatores que dificultam o acesso ao Pronaf. Foram concluídos alguns pontos que são importantes para determinar quais são as questões que implicam na facilidade e dificuldade de acesso a este programa. Também foram pesquisados os requisitos necessários para solicitação do benefício concedido pelo Pronaf.

3.2.3. Construção de um questionário e realização das entrevistas

Foi elaborado um questionário para que seja analisado qual o perfil dos indivíduos que possuem condições de se beneficiar do programa e, ao mesmo tempo, identificar qual a relação dos produtores rurais com o Pronaf.

A coleta de dados foi realizada diretamente com produtores rurais que se enquadrem com o perfil básico de beneficiários do Pronaf. O respondente também poderá optar por

receber o questionário por e-mail para respondê-lo. Será coletada uma amostra em um período de um mês para posteriormente, definir as análises do questionário.

3.2.4. Análise da estatística descritiva dos dados

Aplicar estatística descritiva para caracterizar a amostra de indivíduos utilizada na pesquisa e levantar os principais problemas envolvidos ao acessar o Pronaf.

3.2.5. Análise da estatística inferencial dos dados

Foi realizada a análise inferencial estatística por meio do teste Qui-Quadrado para entender o nível de satisfação dos clientes, com relação ao Pronaf e as relações existentes entre as variáveis coletadas a fim de deduzir uma conclusão a partir das percepções encontradas.

16

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDADA

A amostra analisada se enquadra como uma parcela da população rural de Ituiutaba MG, na região do Triângulo Mineiro. O questionário foi disponibilizado para um total de 25 produtores rurais.

4.2. ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS DADOS

A tabela 1 apresenta a estatística descritiva referente às características da amostra estudada. Os dados colhidos, é possível observar algumas informações importantes. Primeiramente, o total de indivíduos questionados foi de 25 pessoas, de maneira que esta amostra apresentou média de idade de 46,9 anos. Do total, percebe-se uma parcela correspondente a 40% representando o público feminino, enquanto que 60% corresponde ao público masculino. No que diz respeito ao estado civil dos respondentes, nota-se que 70% da amostra é formada por pessoas casadas. Já no que se trata do nível de escolaridade, 55% destacaram possuir formação até o segundo grau, enquanto que 45% apontam ter a formação superior.

Tabela 1 - Estatística descritiva referente às características da amostra estudada

Estatística Descritiva

Variável Valor Porcentagem

Total de indivíduos 25 100,0%

Média de idade 46,9 anos -

Quantidade de indivíduos do sexo feminino 8 40,0% Quantidade de indivíduos do sexo masculino 12 60,0% Quantidade de indivíduos solteiros 6 30,0% Quantidade de indivíduos Casados 14 70,0% Quantidade de indivíduos com formação até o segundo grau 11 55,0% Quantidade de indivíduos com formação superior 9 45,0% Fonte: Autoria própria (2021)

17

A tabela 2 apresenta a estatística descritiva referente às características da amostra estudada com suas relações ao Pronaf. Quando se analisa a estatística descritiva correspondente às relações dos produtores com o Pronaf, nota-se a categorização das principais dificuldades relacionadas à obtenção deste benefício. Com isso, pode-se avaliar que 72% dos produtores respondentes destacaram não ter nenhuma dificuldade, de maneira que a parcela da amostra que relatou encontrar dificuldade, indicou morosidade na documentação (8%), recolhimento na documentação (8%), falta de interesse do banco (8%) e morosidade na liberação (4%).

Tabela 2 - Estatística descritiva referente às relações dos produtores com o Pronaf

Estatística Descritiva sobre as relações dos produtores com o Pronaf

Dificuldades relacionadas à obtenção ao Pronaf	Quantidade de produtores	Porcentagem
---	---------------------------------	--------------------

Nenhuma dificuldade	18	72,0%
Morosidade na documentação	2	8,0%
Recolhimento da documentação	2	8,0%
Falta de interesse do banco	2	8,0%
Morosidade na liberação	1	4,0%

Morosidade na liberação 1 4,0% Fonte: Autoria própria (2021)

A tabela 3 apresenta a estatística descritiva referente ao modo como os produtores tiveram conhecimento com relação ao Pronaf. Com base na tabela, nota-se que 13 produtores rurais tiveram conhecimento a respeito do Pronaf a partir de outro produtor, de maneira que essa parcela da amostra corresponde a um percentual de 52% do total. Já 8 produtores indicaram ter conhecimento a respeito do Pronaf por meio da Emater, perfazendo o percentual de 32% da amostra analisada. Por fim, 4 produtores rurais apontaram ter conhecimento sobre

o programa a partir de funcionário do Banco, totalizando um percentual de 16% da amostra selecionada nesta pesquisa.

18

Tabela 3 - Estatística Descritiva sobre como o produtor teve conhecimento sobre o Pronaf

Estatística Descritiva sobre como o produtor teve conhecimento sobre o Pronaf

Dificuldades relacionadas à obtenção ao Pronaf	Quantidade de produtores	Porcentage m
		Outro produtor 13 52%
		Emater 8 32%
		Funcionário do banco 4 16% Fonte: Aatoria própria (2021)

Diante das informações apresentadas, pode-se perceber que a realização da estatística descritiva é essencial para apurar as principais dificuldades relacionadas à obtenção do Pronaf, principalmente numa perspectiva quantitativa de análise, considerando a proposta da presente pesquisa.

4.3 ESTATÍSTICA INFERENCIAL: TESTE QUI-QUADRADO DE INDEPENDÊNCIA

Nesta seção foi realizada estatística inferencial através do teste Qui-quadrado de independência para analisar as relações entre as variáveis mais importantes para resolver a questão de pesquisa proposta.

4.3.1. Análise da relação entre a idade do produtor e as dificuldades encontradas no acesso ao Pronaf

Na Tabela 4 observa-se a estatística descritiva dos dados que mostram a análise da relação entre a idade do produtor e as dificuldades encontradas relacionadas ao Pronaf.

19

Tabela 4 - Estatística descritiva dos dados

			Dificuldades encontradas ao acessar o pronaf			Total
			Nenhuma	Documentação	Falta de interesse do banco	
Idade	Até 50 anos	Count	6	3	1	10
		% within Idade	60,0%	30,0%	10,0%	100,0%
		% within Dificuldades encontradas ao acessar o pronaf	33,3%	60,0%	50,0%	40,0%
	Mais que 50 anos	Count	12	2	1	15
		% within Idade	80,0%	13,3%	6,7%	100,0%
		% within Dificuldades encontradas ao acessar o pronaf	66,7%	40,0%	50,0%	60,0%
Total		Count	18	5	2	25
		% within Idade	72,0%	20,0%	8,0%	100,0%
		% within Dificuldades encontradas ao acessar o pronaf	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Aatoria própria SPSS (2021)

A Tabela 5 apresenta a estatística inferencial analisada pelo teste Qui-Quadrado de independência.

Tabela 5 - Estatística inferencial analisada pelo teste Qui-Quadrado de independência

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,250 ^a	2	,535
Likelihood Ratio	1,233	2	,540
Linear-by-Linear Association	,803	1	,370
N of Valid Cases	25		

Fonte: Aatoria própria SPSS (2021)

Como a amostra de dados é pequena (25 indivíduos) é indicado utilizar o resultado de Qui-Quadrado proposto de acordo com o valor de Likelihood Ratio com 1,233 com 2 graus de liberdade. Com os resultados encontrados pode-se levantar hipóteses como observadas na Tabela 6.

Tabela 6 - Hipóteses nula e alternativa

Hipótese nula (H0) Não existe associação entre a idade do produtor e as dificuldades encontradas relacionadas ao Pronaf

Hipótese alternativa (H1) Existe associação entre a idade do produtor e as dificuldades encontradas relacionadas ao Pronaf

Fonte: Aatoria própria (2021)

Como P valor maior que 0,05, aceita-se a hipótese nula, podendo afirmar com 95% de

confiança que não existe associação entre a idade do produtor e as dificuldades encontradas relacionadas ao Pronaf.

$$[X^2 (2) = 1,233; p > 0,05]$$

4.3.2. Análise da relação entre a propriedade ser privada ou alugada e as dificuldades encontradas no acesso ao Pronaf

Na Tabela 7 observa-se a estatística descritiva dos dados que mostram a análise da relação entre a propriedade ser privada ou alugada e as dificuldades encontradas no acesso ao Pronaf.

Tabela 7 - Estatística descritiva dos dados

			Dificuldades encontradas ao acessar o pronaf			Total
			Nenhuma	Documentação	Falta de interesse do banco	
Propriedade alugada ou arrendada	Arrendada	Count	3	2	1	6
		% within Propriedade alugada ou arrendada	50,0%	33,3%	16,7%	100,0%
	Própria	Count	15	3	1	19
		% within Propriedade alugada ou arrendada	78,9%	15,6%	5,3%	100,0%
		% within Dificuldades encontradas ao acessar o pronaf	16,7%	48,0%	50,0%	34,0%
		% within Dificuldades encontradas ao acessar o pronaf	83,3%	60,0%	50,0%	76,0%
Total		Count	18	5	2	25
		% within Propriedade alugada ou arrendada	72,0%	20,0%	8,0%	100,0%
		% within Dificuldades encontradas ao acessar o pronaf	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Autoria própria SPSS (2021)

A Tabela 8 apresenta a estatística inferencial analisada pelo teste Qui-Quadrado de independência.

Tabela 8 - Estatística inferencial analisada pelo teste Qui-Quadrado de independência

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,974 ^a	2	,373
Likelihood Ratio	1,831	2	,400
Linear-by-Linear Association	1,826	1	,177
N of Valid Cases	25		

Fonte: Autoria própria SPSS (2021)

Como a amostra de dados é pequena (25 indivíduos) é indicado utilizar o resultado de Qui-Quadrado proposto de acordo com o valor de Likelihood Ratio com 1,831 com 2 graus de liberdade. Com os resultados encontrados pode-se levantar hipóteses como observadas na Tabela 9.

Tabela 9 - Hipóteses nula e alternativa

Hipótese nula (H0) Não existe associação entre a propriedade ser privada ou alugada e as dificuldades encontradas no acesso ao Pronaf

Hipótese alternativa (H1) Existe associação entre a propriedade ser privada ou alugada e as dificuldades encontradas no acesso ao Pronaf

Fonte: Autoria própria (2021)

Como P valor maior que 0,05, aceita-se a hipótese nula, podendo afirmar com 95% de confiança que não existe associação entre a propriedade ser privada ou alugada e as dificuldades encontradas no acesso ao Pronaf.

$$[X^2 (2) = 1,831; p > 0,05]$$

22

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura praticada pelas famílias se apresenta como de fundamental importância para a segurança alimentar nacional. Além disso, este tipo de agricultura encontra justificativa para sua importância em razão da sua capacidade de gerar empregos e fonte de renda, promover a utilização sustentável dos recursos naturais, contribuir para diminuir o êxodo rural e estimular o planejamento e execução de políticas públicas. É justamente diante do contexto de sua importância que surge a necessidade de criar programas específicos para estimular e fortalecer este segmento da agricultura.

O programa governamental mais importante nesse sentido é o Pronaf. Em decorrência das diversas modalidades existentes para a disponibilidade de crédito, o Pronaf se tornou uma alternativa concreta para todos os segmentos da Agricultura Familiar no Brasil e passou a ser a principal ferramenta de política agrícola empregada no país. A partir desse contexto, deve-se destacar que a problemática desenvolvida nessa pesquisa e que motivou o levantamento de dados e a interpretação das informações colhidas foi a busca por identificar os principais fatores capazes de dificultar a utilização do PRONAF por produtores rurais familiares.

Diante disso, a partir dos resultados encontrados, pode-se perceber que a maioria dos Produtores Rurais analisados na amostra selecionada, ou seja, 72%, indicaram não perceber

nenhuma dificuldade para acessar o Pronaf, enquanto que um percentual menor representado por 20% do total ressaltaram que as principais dificuldades encontradas estão relacionadas a problemas na documentação, ao passo que 8% da amostra sinalizou que a principal dificuldade é a falta de interesse do banco na concessão do financiamento.

Por meio da análise de estatística inferencial a partir do teste Qui-quadrado de independência, pode-se afirmar com 95% de confiança que não existe qualquer associação entre a idade do produtor rural e as dificuldades encontradas para acesso ao Pronaf. Pode-se afirmar também com 95% de confiança que não existe associação entre a propriedade ser privada ou alugada e as dificuldades encontradas no acesso ao Pronaf.

Considerando a pesquisa realizada, as informações colhidas e posteriormente analisadas, nota-se que o Pronaf é um programa importante para subsidiar e fortalecer a agricultura familiar, porém as suas nuances práticas ainda carecem de uma análise técnica para verificar todos os impactos diretos e indiretos de sua existência e funcionalidade. No entanto, no geral os produtores se consideram satisfeitos com relação ao programa mostrando que ele tem atendido a maioria das necessidades e gerando pouca insatisfação.

23

6. MELHORIAS DO TRABALHO E PESQUISAS FUTURAS

A título de proposta de melhoria para esta pesquisa tem-se o aumento do número de produtores entrevistados para uma maior confiabilidade das análises estatísticas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Rodrigo Lopes et al. Programa nacional de crédito da agricultura familiar e impactos nas economias locais no estado do Paraná. **Economia & Região**, v. 1, n. 1, p. 33 2013. Disponível: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/56068>. Acesso em: 14 nov. 2021.

BALESTRIN, Juliano. **A relevância do PRONAF na agricultura familiar: perspectiva**, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25416>. Acesso em: 16 jun. 2021.

CASSEL, Guilherme. **Agricultura familiar: escolhas e desafios**. 2017. Disponível em: www.uol.com.br/Debates. Acesso em: 20 maio 2021.

CARVALHO, Diana Mendonça. O Agroamigo (Pronaf B) Aspectos Operacionais no Nordeste Brasileiro. **GEOPAUTA**, v. 4, n. 3, p. 132-152, 2020.

CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sérgio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf–programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. **In: Congresso Brasileiro de economia e sociologia rural**. 2009, 80 p.

CAZELLA, Ademir Antonio; CAPELLESSO, Adinor José; SCHNEIDER, Sergio. A abordagem do Não-Recurso a políticas públicas: o caso do crédito rural para a agricultura familiar. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 7, n. 1, p. 48-67, 2020.

CRESOL. **Conheça as linhas de crédito do Plano Safra 2019/2020**. 11 set. 2019. Disponível em: <https://blog.cresol.com.br/conheca-as-linhas-de-credito-do-plano-safra/#:~:text=O%20Pronamp%20%C3%A9%20um%20financiamento,%24%202.000.000%2C00>. Acesso em: 28 maio 2021.

FERNANDES, Alana Miguel Serafini. **O PRONAF na agricultura familiar**: sua criação, distribuição e principais resultados. 2013. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79225/000900902.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Ignácio Nunes; MELLO, Simone Portella Teixeira. Os efeitos da concessão de crédito rural no sul do Brasil no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e734974628-e734974628, 2020.

24

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2. 2007.

MATTEI, L. et al. Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. **In: Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. 2007, 90 p.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF**: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, núcleo de estudos agrários e Desenvolvimento Rural. Série Estudos NEAD. p. 11-14, 2005.

MOURA, Joana Tereza Vaz. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS) e a construção democrática: esfera pública de debate entre agricultores familiares e o estado? **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 9, n. 2, 2011.

PRETTO, José Miguel; HORN, Carlos Henrique. Uma avaliação do PRONAF no período 1995-2018. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 1, p. 35-49, 2020.

PRONAF. **Brasília 2011**. Disponível em: <http://www.emater.ro.gov.br/siteemater/arquivos/publicacoes/31012012165720.pdf>. Acesso em: 28 abr.2021

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo

Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004. p.90.

SILVA, Fernanda Faria. **Distribuição de crédito para agricultura familiar**: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia, UFU, Uberlândia, 2016. 98 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987

25

APÊNDICES

APÊNDICE A: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Dados Sociodemográficos

Nome

Sexo

Idade

Entrevista

1-Possui propriedade rural?

2-Quantos hectares?

3-Quais as dificuldades encontradas?

4-Como você ficou sabendo desse tipo de recurso?

5- Qual tipo de PRONAF você adquiriu?